

Deputada do PSOL envia carta a Bernie Sanders por apoio contra Ferrogrão

Via [Folha de São Paulo](#)

O mandato da deputada federal [Vivi Reis \(PSOL-PA\)](#) enviou uma carta ao senador norte-americano [Bernie Sanders](#), por meio de seu gabinete, pedindo apoio contra o [projeto da Ferrogrão](#). A ferrovia, que ligará o Mato Grosso ao Pará, é considerada uma das principais apostas do governo Bolsonaro para escoamento de commodities pela região Norte.

“Este projeto é mais uma prova do autoritarismo e da já conhecida truculência do governo Bolsonaro. Os povos indígenas não foram consultados sobre o empreendimento, o que constitui uma violação dos compromissos internacionais assumidos pelo governo brasileiro”, afirma o documento.

A carta tem o endosso de deputados do PSOL, da deputada [Joenia Wapichana \(Rede-RR\)](#), da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, do Movimento Xingu Vivo Para Sempre e de representantes das entidades Conselho Indígena Tapajós Arapiun, Movimento Tapajós Vivo e Movimento Negro Unificado.

“Em reconhecimento à sua liderança mundial no campo progressista, e dado o seu grande prestígio na comunidade internacional, pedimos o seu apoio para propagar essa reclamação e nos ajudar a impedir essa catástrofe. Seu apoio pode ser de enorme importância para a resistência dos povos indígenas do Brasil em face da política genocida e anti-ambiental de Bolsonaro”, segue a carta dirigida ao senador democrata.

Apesar de revés no STF (Supremo Tribunal Federal) e de [questionamentos do Ministério Público Federal](#), o Ministério

da Infraestrutura ainda [vê possibilidade de licitar o projeto até o fim de 2021](#), com investimentos previstos em R\$ 21,5 bilhões.

Com 933 quilômetros de extensão, o projeto prevê a ligação ferroviária do Mato Grosso [aos portos de Miritituba e Santarém](#), no Pará, trajeto hoje feito majoritariamente de caminhão, pela BR-163. A possibilidade de impactos sobre a Floresta Nacional do Jamanxim e sobre 23 povos indígenas são alguns dos pontos críticos hoje.

Nesta semana, o Ministério Público Federal foi ao TCU (Tribunal de Contas da União) pedir que o projeto seja devolvido à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e só seja levado adiante após consulta obrigatória [aos povos indígenas afetados](#).

Segundo o Ministério Público Federal, levantamentos iniciais identificaram impactos sobre os povos Munduruku, Panará, Kayapó e Kayapó Mekragnotire, além de seis terras indígenas no Mato Grosso, incluindo áreas de povos isolados e o Parque Indígena do Xingu.